

LEI ANTI-CORRUPÇÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO CÓDIGO PENAL

LEI DE PROIBIDADE PÚBLICA

ANTICORRUPÇÃO

Centro de Integridade Pública

Anticorrupção - Transparência - Integridade Edição Nº 22/2020 - Setembro - Distribuição Gratuita

Nomeação de Bernardo Cumaio Para Dirigir o Instituto Nacional de Segurança Social Demonstra Opacidade no Discurso de Nyusi de Combate à Corrupção e a Prática

Baltazar Fael*

A nomeação de Bernardo Cumaio para Presidente do Conselho de Administração (PCA) do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), vem confirmar aquilo que o Centro de Integridade Pública (CIP) sempre afirmou, no sentido de que o discurso de promoção da transparência, integridade e combate à corrupção que vem sendo proferido pelo Presidente Filipe Nyusi não é nada mais do que uma acção cosmética e sem consequências.

No dia 15 de Setembro de 2020, o Conselho de Ministros (CM) nomeou Bernardo Cumaio para ocupar o cargo de PCA do INSS, em substituição de Francisco Mazoio. Esta nomeação seguiu os mesmos procedimentos dos seus antecessores, que se funda na apresentação de um comunicado após uma reunião/sessão do CM, onde é anunciada a escolha do novo titular do cargo.

Os critérios que nortearam a escolha nunca foram do conhecimento público, o que não contribui para a promoção da transparência e integridade do processo. Esta e as anteriores nomeações feitas para ocupar o mais alto cargo no INSS, sempre se acharam envoltas em secretismos, para uma entidade responsável por fazer a gestão e garantir a sustentabilidade da entidade responsável pelos fundos e pensões dos trabalhadores. O INSS tem um histórico conhecido de actos de má gestão dos fundos colocados a sua guarda e gestão, por parte de quase todos os gestores de topo que passaram pela referida instituição, caracterizados por vários escândalos de natureza financeira, por estes protagonizados, o que indicia, a priori a necessidade de um maior e melhor escrutínio dos processos de nomeação/ indicação para as individualidades que devem ocupar a posição cimeira na instituição. Ou seja, as pessoas a serem indicadas para ocupar o cargo de PCA devem já ter dado provas bastantes da sua idoneidade. Sendo assim, não restam dúvidas de que para uma maior transparência na gestão da entidade em causa, o caminho do concurso público

seria o exigido, para reduzir ao mínimo a possibilidade de voltarem a acontecer os escândalos financeiros que já se tornaram corriqueiros naquela instituição responsável pela gestão dos fundos e pensões de milhares de trabalhadores moçambicanos.

Contudo, mais uma vez, o Governo perdeu uma oportunidade das mais soberanas de demonstrar o seu comprometimento manifestado nos discursos de combate à corrupção proferidos, amiúde, pelo presidente Nyusi, ao nomear sem critérios de transparência conhecidos o novo PCA do INSS. Ou seja, falta um alinhamento entre o discurso e as acções concretas de combate à corrupção. O não recurso ou introdução do concurso público, como fase obrigatória que antecede a selecção e recrutamento de quadros seniores para os institutos e empresas públicas, demonstra na prática a falta de vontade política e uma lógica corrupta e clientelista profundamente enraizada na gestão das instituições públicas, que se vem sedimentando ao longo dos anos e que o presidente Nyusi, mais uma vez, revela não ter a coragem, visão ou capacidade suficiente romper com a mesma, continuando assim a manter o *status quo*.

A questão que fica é a de saber qual é a estratégia concreta do Governo liderado por Nyusi para controlar a corrupção a todos os níveis, ao longo do seu mandato. É que o presidente Nyusi, fora os seus discursos, nunca apresentou acções práticas no que se relaciona às actividades do seu Governo para controlar o fenómeno endémico da corrupção no país, principalmente nos mais altos escalões da administração pública e ao nível dos titulares de cargos políticos (embora esse combate deva ser realizado de forma holística)? A corrupção não se controla com discursos de ocasião. O que se observa é que o discurso de Nyusi virado para o combate à corrupção não encontra respaldo na prática. Para os mais incautos parece existir comprometimento genuíno

* Em caso de dúvidas, sugestões e questões relacionadas a esta nota, contacte: baltazar.fael@cipmoz.org

do presidente Nyusi nas questões de promoção da transparência e integridade, tendo em atenção alguns resultados esporádicos que têm vindo ao conhecimento público.

Contudo, em termos de acções concretas, não existem medidas estruturadas e em implementação. É preciso que da teoria se passe a prática, ou seja, no caso em concreto, o discurso de Nyusi demonstrou não ter sustentação.



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



Norwegian Embassy



Reino dos Países Baixos



Informação editorial

Director: Edson Cortez

Autor: Baltazar Fael

Revisão de pares: Edson Cortez

Revisão linguística: Percida Langa

Propriedade: Centro de Integridade Pública

Rua Fernão Melo e Castro,

Bairro da Sommerschild, nº 124

Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917

Cel: (+258) 82 3016391

 @CIP.Mozambique  @CIPMoz

www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique